



ARSENAL DO ALFEITE

Relatório e Contas
2009



Edição
Arsenal do Alfeite, S.A.

Design
Gabinete de Estudos e Projectos

Arsenal do Alfeite, S.A.
Base Naval de Lisboa - Laranjeiro
2810-001 Almada

Telefone: + 351 21 095 08 00
Fax: + 351 21 095 09 57
Email: arsenal@arsenal-alfeite.pt

Internet: WWW.ARSENAL-ALFEITE.PT

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	1
Enquadramento Macro-Económico	2
Perfil Estratégico	3
Caracterização da Actividade	4
Inovação, Investigação e Desenvolvimento	5
Análise dos resultados do Ano de 2009	6
Recursos Humanos	7
Principais Eventos	8
Perspectivas Futuras	9
Proposta de Aplicação de Resultados	10
Demonstrações Financeiras	11
Certificação Legal das Contas	12
Relatório e Parecer do Fiscal Único	13



ARSENAL DO ALFEITE

1

1 | 2

**Mensagem do Presidente
do Conselho de Administração**



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Com a apresentação dos resultados de 2009, termina o primeiro ano do mandato do Conselho de Administração, assim como da própria organização, cuja data de constituição foi 5 de fevereiro de 2009.

Foi um ano atípico, constituído por dois períodos completamente diferentes, um referente ao período de constituição da sociedade anónima até à extinção do Arsenal do Alfeite e depois um segundo período com início na data do contrato de concessão (1 de Setembro de 2009) até ao final do ano.

No primeiro período referido, as preocupações de gestão centraram-se na identificação das necessidades de recursos, estabelecimento de um modelo organizacional e competências tecnológicas, para assegurar uma transição sem percalços.

O segundo período corresponde a uma gestão efectiva da organização herdada da sua

estrutura anterior, onde foi central a tentativa de mudança do paradigma social, cultivando novas formas de liderança e orientação para os resultados.

O conceito de valor, através da monetização dos actos de natureza económica foi outro vector, determinante da nova cultura, sensibilizando a organização para as novas realidades do mercado.

Na relação com o exterior a medida prioritária foi indiscutivelmente dar confiança ao nosso parceiro - a Marinha Portuguesa - de que éramos capazes de responder aos novos desafios, que necessariamente as novas regras iriam impor.

Superado o impacto inicial, torna-se premente a agregação de vontades, internas e externas, para que o projecto da Arsenal do Alfeite S.A seja um motor do sucesso do ambicionado "Cluster do Mar Português".



ARSENAL DO ALFEITE

2

5 | 6

Enquadramento Macro-Económico

Enquadramento Macro-Económico

Uma pequena economia aberta e integrada como a portuguesa, tem necessariamente de reflectir os desenvolvimentos da economia global, tanto mais, dado serem conhecidas as fragilidades de natureza estrutural, que necessariamente limitam o seu crescimento potencial, num contexto de aumento de concorrência.

A economia mundial após a contracção no último trimestre de 2008 e primeiro de 2009 revelou sinais de paragem da queda que se vinha realizando, não obstante a elevadíssima incerteza da sustentabilidade desse mesmo crescimento.

De facto a partir do segundo semestre de 2009 as economias mais avançadas (EUA, Japão, Reino Unido e Zona Euro), as economias do grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e as economias emergentes da Ásia apresentaram sinais de vitalidade, o que provocou um aumento do Comércio externo. Contudo, esta recuperação da actividade resultou, de estímulos de política monetária e orçamental aplicadas de forma coordenada desde o início da recessão o que originou uma minimização dos seus efeitos mais nefastos.

A economia portuguesa registou um decréscimo de 2,7 % do PIB, iniciando alguma recuperação no último trimestre de 2009 em virtude dos

estímulos macro-económicos, o que não evitou a quebra do investimento e das exportações, aumentando dessa forma a nossa divergência face à média da zona euro.

Este desempenho da actividade económica nacional reflecte, a nosso ver, os efeitos do abrandamento do exterior, em particular da Europa, com particular incidência na Espanha e Alemanha, países destinatários por excelência das nossas exportações.

A fragilidade nacional resulta do não crescimento da produtividade do factor trabalho, resultante do baixo nível de qualificação da população portuguesa.

Não obstante este contexto macro-económico, a actividade da empresa esteve protegida pelo Contrato de Concessão assinado pelo Estado Português, assegurando este a "concessão de serviço público que se subsume na actividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da marinha (...)", cf número 1 da sua clausula 1ª do supra referido contrato.





ARSENAL DO ALFEITE

3

9 | 10

Perfil Estratégico

Enquadramento

Situação da Reparação Naval

Continuou o decréscimo da actividade de Reparação Naval nos Estaleiros Europeus.

Facto devido a :

- Crise Mundial que levou à diminuição dos transportes via Marítima;
- Queda vertiginosa das taxas de frete;
- Aumento do preço dos combustíveis e das taxas Portuárias;
- Diminuição das frotas;
- Baixa de preços praticada pelos Estaleiros Asiáticos e Indianos;
- Aumento do intervalo de tempo de inspecções pelas Sociedades Classificadoras e Autoridades Marítimas

Situação da Reparação Naval em Portugal

Após um ligeiro aumento da actividade em 2008, 2009 encerrou em queda o que, pela primeira vez nesta década, se pode falar em verdadeira "crise" dos Estaleiros Portugueses.

Facto arrastado pela "crise" do transporte marítimo que está na base do desenvolvimento económico afectando, a montante, a Reparação Naval.

Aumento do encerramento de alguns Estaleiros com qualidade aliada ao aumento do envelhecimento dos Quadros e Operários especializados da Indústria Naval.

Constrangimento devido às dificuldades de acesso ao crédito.

Aumento da concorrência de Estaleiros Espanhóis, principalmente dos financiados pelo Estado.

Atraso na promulgação do Regulamento de Apoio à inovação na Construção e Reparação Naval (em vigor nos Estaleiros da EU)

Falta de eficácia no funcionamento dos mercados laborais, incluindo a Formação Profissional.



Estratégia adoptada em 2009

Tratamento preferencial dispensado ao Cliente Principal, não perdendo de vista a Missão "satisfazer as necessidades de reparação e manutenção dos meios navais da Marinha Portuguesa" mas, também, tendo disponibilizado os meios excedentes para outros Clientes, nomeadamente utilizadores do estuário do Tejo. Focalizar os preços finais na optimização dos Recursos existentes, forçando o aumento da Produtividade.

Produzir uma Lista de Preços, contemplando os trabalhos mais usuais fidelizando o Cliente na confiança e confirmação antecipada das reparações a adjudicar.

Criar a nova cultura de orçamentação para todos os trabalhos a executar.

Cimentar "a diferença" em relação ao passado: Preços competitivos.

Cumprimento dos prazos inicialmente acordados.

Fornecimento de serviços de apoio logístico para otimizar os tempos de obtenção de sobressalentes.

Rentabilizar a capacidade existente na área de engenharia de projecto.

Efectuar em doca seca exclusivamente os trabalhos possíveis de efectuar em seco.

Liderar a Reparação Naval dos meios exteriores à Marinha, no estuário do Tejo.

Conquistar novos Clientes exteriores, não só no Ramo Naval como noutras áreas, principalmente na Indústria Metalomecânica e tratamento de superfícies.

Desenvolver o plano de renovação da infra-estrutura, reequipamento e modernização das instalações.

Prudência em relação à decisão de grandes investimentos infra-estruturais.





ARSENAL DO ALFEITE

4

13|14

Caracterização da Actividade



ARSENAL DO ALFEITE

5

17|18

Inovação, Investigação e Desenvolvimento

Inovação, Investigação e Desenvolvimento

Estudos e Projectos

Novas Competências

Com o objectivo de desenvolver novas competências nas áreas da dinâmica estrutural, a curto prazo, e da dinâmica de fluidos computacional, a médio prazo, foi iniciada a utilização a nível experimental do software ANSYS.

Concepção

Durante o período a que reporta este relatório, o Gabinete de Estudos e Projectos desenvolveu alguns projectos conceptuais de que se relevam:

Navio Hidro-oceanográfico

Este navio terá a possibilidade de efectuar, com maior eficácia do que os actualmente existentes no país, levantamentos hidrográficos e campanhas oceanográficas sistemáticas, por forma a melhorar o conhecimento do ambiente marítimo, e dos recursos naturais renováveis, tendo em vista a sua exploração racional. Deverá incorporar o "estado da arte" em hidrografia e oceanografia.



Para além de uma modelação tri-dimensional, foi efectuada uma proposta de arranjo geral e uma memória descritiva sumária.

Ferry Misto de Carga e Passageiros

Este navio, com 35 m de comprimento, foi proposto para Madagáscar e, posteriormente,

para Angola, numa parceria com os Estaleiros da Navalria.

Foi concebido para transportar, em simultâneo, 124 passageiros e 60 t de carga sólida, ou, alternativamente, cerca de 50 t de carga sobre rodas (veículos ligeiros e pesados).

Desenvolvimento de Projecto

Também nesta área dos Estudos e Projectos, foi concluído o desenvolvimento do projecto do Navio Hidrográfico "D. Carlos I". Nesta fase, para além de alterações estruturais na zona de ré, foram realizados diversos estudos relacionados com a implementação de novos equipamentos a bordo.

Tecnologias de Informação

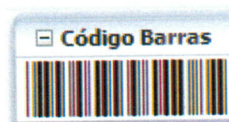
Com o objectivo de disponibilizar ferramentas de gestão que analisem "Business information" sob a forma de "Business Intelligence", começou a ser desenvolvido no Gabinete de Tecnologias de Informação um projecto com a designação **AGE** (Apoio à Gestão do Estaleiro).

Este projecto utiliza tecnologia de ponta da Oracle (JDev ADF faces 11). Esta tecnologia permite não só disponibilizar informação de uma forma mais eficaz, como a interoperabilidade entre sistemas, possibilitando o agregar de informação proveniente de diversas fontes.



Está também a ser desenvolvido um projecto piloto, para já apenas na área de "Armazém" (controlo de stocks), utilizando **Tecnologia Mobile** que permite, com equipamentos móveis (pdas), fazer por exemplo o inventário, o abate de stock e gestão de entradas, entre outros. Este projecto poderá estender-se a outras áreas, como o Inventário de Imobilizado, Gestão de Recursos à Obra, acesso remoto a informação, etc...

Ambos os projectos estão interligados ao sistema de informação da Arsenal do Alfeite, SA (SIAGIP).





ARSENAL DO ALFEITE

6

21|22

Análise dos resultados do Ano de 2009

**Análise dos resultados do Ano de 2009**

A análise que se apresenta sintetiza os resultados obtidos pela Arsenal do Alfeite, S.A no exercício de 2009.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

A Arsenal do Alfeite, S.A , conclui o ano de 2009 com resultados operacionais de 213 milhares de Euros, mas fortemente influenciados por custos (475 milhares de Euros) com amortizações dos bens concessionados pelo Estado Português.

A subscrição e realização de 50% do capital social da Empresa no início do ano de 2009, permitiu à Arsenal do Alfeite S.A realizar várias

aplicações financeiras, que proporcionaram resultados financeiros positivos de cerca de 409 milhares de Euros.

Pela conjugação dos resultados operacionais e financeiros, os resultados correntes obtidos em 31 de Dezembro de 2009 ascenderam a 622 milhares de Euros.

Em 2009 os resultados extraordinários ascenderam a 479 milhares de Euros, o que se explica pelo reconhecimento na demonstração de resultados do proveito (475 milhares de Euros) referente ao subsídio não monetário. O reconhecimento do referido proveito é proporcional às amortizações anuais dos bens que integram a concessão.

Demonstração de Resultados	Millhares de euros
	2009
Vendas	443
Prestações de Serviços	10.486
Proveitos Suplementares	32
Proveitos Operacionais	10.961
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	851
Fornecimentos e Serviços Externos	1.921
Custos com Pessoal	7.490
Amortizações	483
Impostos	1
Outros Custos Operacionais	2
Custos Operacionais	10.748
Resultados Operacionais	213
Resultados Financeiros	409
Resultados Correntes	622
Resultados Extraordinários	479
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	306
Resultado Líquido	795



ARSENAL DO ALFEITE

7

25|26

Recursos Humanos



Recursos Humanos

A Arsenal do Alfeite, S.A., iniciou a actividade concessionada no dia 1 de Setembro de 2009 com um efectivo total de 668 pessoas. Revelando-se este número insuficiente face às necessidades de funcionamento, procedeu-se à admissão de trabalhadores, maioritariamente para as áreas de produção, gestão de projectos e apoio técnico, tendo o efectivo de pessoal ascendido a 683 em 31 de Dezembro de 2009, com a seguinte distribuição:

<i>Comissão de serviço</i>	6
<i>Acordo de cedência de interesse público</i>	608
<i>Comissão normal serviço (pessoal militar)</i>	30
<i>Contrato trabalho por tempo indeterminado</i>	7
<i>Contrato de trabalho a termo certo</i>	30
<i>Contrato de estágio</i>	2

A gestão de recursos humanos, no período inicial, centrou-se nas actividades de estruturação orgânica e de carreiras, criação e tratamento de informação essencial aos processamentos e regularização das obrigações contributivas dos trabalhadores e da empresa. Desta fase, destaca-se a assinatura de acordo de capitação com a ADSE, instrumento imprescindível para regular a protecção na doença dos trabalhadores que exercem funções na Arsenal do Alfeite, S.A., através de acordo de cedência de interesse público.

Os trabalhos de concepção e publicação das normas que devem constituir o *regulamento interno da empresa* tiveram começo em 2009, procurando-se, por esta via, regular as condições de prestação de trabalho e as relações laborais segundo critérios de eficiência e transparência que promovam uma correcta aplicação e manutenção dos recursos humanos.

Sendo o desenvolvimento dos trabalhadores uma das principais vertentes da gestão de recursos humanos, realizou-se o diagnóstico das necessidades de formação e delineou-se o respectivo plano para 2010 com o objectivo de dotar a empresa com as competências técnicas necessárias e adequadas à actividade programada e à aposta na diversificação da oferta de serviços.

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa, realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores consubstanciado no protocolo celebrado entre o IASFA, a Marinha e a Arsenal do Alfeite, S.A., regulador da frequência do berçário, creche e jardim de infância do Centro de Apoio Social do Alfeite.



ARSENAL DO ALFEITE

8

29|30

Principais Eventos



Principais Eventos

Criação da Empresa Arsenal do Alfeite S.A , através do decreto-lei nº 33/2009 de 5 de Fevereiro.

Extinção do Arsenal do Alfeite em 31 de Agosto.

Assinatura em 1 de Setembro do Contrato de Concessão entre o Estado e a Arsenal do Alfeite, S.A

Conclusão dos trabalhos conducentes à assinatura do acordo tripartido e protocolos subordinados, entre o Estado, a Marinha e a Arsenal do Alfeite, S.A

Transferência em 17 de Novembro do capital social da empresa da Direcção Geral do Tesouro e Finanças para a Empordef, SGPS.

Entrada na Arsenal do Alfeite, S.A, do navio "Martim Moniz", primeiro navio comercial a ser objecto de reparação.

Apresentação à tutela em 22 de Dezembro do "Plano de Investimentos", integrando a proposta do plano de detalhe de renovação das infra-estruturas.

Renovação da certificação de qualidade, pela APCER, segundo a norma NP EN ISO 9001:2000.

Renovação da acreditação dos laboratórios, pelo IPAC, segundo a norma NP EP ISO/IEC 17025:2005 pela IPAC.



ARSENAL DO ALFEITE

9

33|34

Perspectivas Futuras

Perspectivas Futuras

A elevada dependência económica da Arsenal do Alfeite, S.A., face ao seu principal cliente – Estado/Marinha Portuguesa, urge a adopção de estratégias de diversificação, conducentes à redução do risco de negócio.

Essa redução de risco poderá passar, a nosso ver por dois movimentos estratégicos, não necessariamente mutuamente exclusivos, a saber: (i). entrada no mercado da reparação naval não militar, e (ii) externalização das competências tecnológicas internas da Empresa, para o mercado nacional industrial, através da sua comercialização.

Entrada no mercado da reparação naval não militar

Esta estratégia foi iniciada em 2009, com a contratualização da reparação do navio “Martim Moniz” da frota da Empresa Transtejo S.A.



Este movimento estratégico, potenciará o crescimento organizacional da Arsenal do Alfeite, S.A., e não apresentará riscos significativos,

uma vez que a Empresa continuará a operar no mercado de reparação naval.

Externalização das competências internas

Esta segunda estratégia, de comercialização de competências tecnológicas residentes na Empresa, poderá apresentar alguns riscos, pois estaremos a actuar em mercados novos, embora com conhecimento aprofundado das tecnologias em causa.

Como instrumento fundamental da prossecução das estratégias enumeradas, a Arsenal do Alfeite, S.A. conta com a aprovação formal do Plano de Investimento - renovação das infra-estruturas concessionadas.

A aprovação do referido plano será um factor de sucesso e ultrapassagem de restrições logísticas, uma vez que permitirá a reorganização física das instalações e de soluções mais eficientes e uma exploração mais racional.





ARSENAL DO ALFEITE

10
37|38

Proposta de Aplicação de Resultados

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do artigo 23º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração propõe a distribuição do Resultado Líquido de EUR 794.624,78 da seguinte forma:

Reserva Legal	39.731,24
Resultados Transitados	675.431,06
Gratificações de Balanço aos Empregados	79.462,48
Resultado Líquido	<hr/> 794.624,78

O Conselho de Administração

Presidente



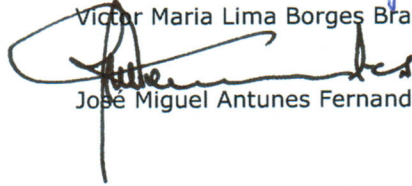
Manuel Luís Carlos da Maia

Administrador



Victor Maria Lima Borges Brandão

Administrador



José Miguel Antunes Fernandes



ARSENAL DO ALFEITE

11
41|42

Demonstrações Financeiras



ARSENAL DO ALFEITE

Balço

(Montantes expressos em euros)

Código das Contas		ACTIVO	Notas	EXERCÍCIOS			
CEE	POC			2009		2008	
				EURO		EURO	
				Activo Bruto	Amortiz./Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
C		IMOBILIZADO:					
I		Imobilizações incorpóreas:					
1	431	Despesas de instalação	-	-	-	-	-
1	432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	-	-	-	-	-
II		Imobilizações corpóreas:					
1	421	Terrenos e recursos naturais	10	1.840.008,29	659,32	1.839.348,97	-
1	422	Edifícios e outras construções	10	8.193.974,65	174.337,64	8.019.637,01	-
2	423	Equipamento básico	10	2.868.469,37	215.915,41	2.652.553,96	-
2	424	Equipamento de transporte	10	497,35	38,12	459,23	-
3	425	Ferramentas e utensílios	10	328.610,04	38.353,46	290.256,58	-
3	426	Equipamento administrativo	10	553.119,91	47.030,98	506.088,93	-
3	427	Taras e vasilhame	10	-	-	-	-
3	429	Outras Imobilizações Corpóreas	10	96.248,27	6.101,12	90.147,15	-
4	441/6	Imobilizações em curso	10	361,50	-	361,50	-
4	448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	10	-	-	-	-
				13.881.289,38	482.436,05	13.398.853,33	-
III		Investimentos financeiros:					
1	41111	Partes de capital em empresas de grupo		500,00	-	500,00	-
5	415	Títulos e outras aplicações financeiras	16	500,00	0,00	500,00	-
D		CIRCULANTE:					
I		Existências:					
1	36	Matérias-primas subsidiárias e de consumo		245.165,43	-	245.165,43	-
2	35	Produtos e trabalhos em curso		-	-	-	-
4	37	Adiantamentos por conta de compras		-	-	-	-
				245.165,43	0,00	245.165,43	-
II		Dívidas de terceiros - curto prazo:					
1	211	Clientes, c/c		3.357.841,13	-	3.357.841,13	-
1	218	Clientes de cobrança duvidosa		-	-	-	-
4	221	Fornecedores c/c		-	-	-	-
4	228	Fornecedores, facturas em recepção e conferência		-	-	-	-
4	229	Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	-
4	24	Estado e outros entes públicos	47	-	-	-	-
4	262/8	Outros devedores	25,48	19.686,63	-	19.686,63	-
5	264	Subscritores de capital	35,48	16.200.000,00	-	16.200.000,00	-
				19.577.527,76	0,00	19.577.527,76	-
IV		Depósitos bancários e caixa:					
	12+13	Depósitos bancários		18.885.779,13	-	18.885.779,13	-
	11	Caixa		5.760,52	-	5.760,52	-
				18.891.539,65	-	18.891.539,65	-
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
	271	Acréscimos de proveitos	49	1.091.563,99	-	1.091.563,99	-
	272	Custos diferidos	49	104.283,99	-	104.283,99	-
				1.195.847,98	-	1.195.847,98	-
		Total de amortizações			482.436,05		
		Total de ajustamentos			0,00		
		Total do activo		53.791.870,20	482.436,05	53.309.434,15	-

[Handwritten signatures and initials]

Balço

(Montantes expressos em euros)

Código das Contas		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	EXERCÍCIOS	
CEE	POC			2009	2008
				EURO	EURO
A		CAPITAL PRÓPRIO:			
I	51	Capital	35,36,37,40	32.400.000,00	-
	56	Reservas de reavaliação		-	-
IV		Reservas:	40	-	-
1/2	571	Reservas legais	40	-	-
3	572	Reservas estatutárias	40	-	-
4	573	Reservas contratuais	40	-	-
5	574 a 579	Outras reservas	40	-	-
V	59	Resultados transitados	40	-	-
		Subtotal		32.400.000,00	-
VI	88	Resultado líquido do exercício	40	794.624,78	-
	89	Dividendos antecipados		-	-
		Total do capital próprio		33.194.624,78	-
B		PASSIVO:			
		Provisões:			
1	291	Provisões para pensões		-	-
2	292	Provisões para impostos		-	-
3	293/298	Outras provisões		-	-
				0,00	-
C		Dívidas a terceiros - curto prazo:			
3	269	Adiantamento por conta de vendas		-	-
4	221	Fornecedores c/c		2.342.058,89	-
4	228	Fornecedores, facturas em recepção e conferência		42.541,42	-
8	2611	Fornecedores de imobilizado c/c		187.252,64	-
8	241	Estado e outros entes públicos	47	1.473.389,10	-
8	268	Outros credores	25,48	124.333,90	-
				4.169.575,95	-
D		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
	273	Acréscimos de custos	49	2.388.186,99	-
	274	Proveitos diferidos	49	13.557.046,43	-
				15.945.233,42	-
		Total do passivo		20.114.809,37	-
		Total do capital próprio e do passivo		53.309.434,15	-

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009

O Técnico Oficial de Contas

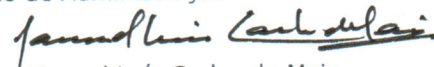
Renato Paulo Marinhelane de Campos Vieira



Arsenal do Alfeite, 15 de Março de 2010

O Conselho de Administração


O Presidente


Manuel Luís Carlos da Maia

O Vogal


Victor Maria Lima Borges Brandão

O Vogal


José Miguel Antunes Fernandes



Demonstração dos Resultados por Naturezas
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009
(Montantes expressos em euros)

Código das Contas		CUSTOS E PERDAS	Notas	2 0 0 9		2 0 0 8	
CEE	POC			EURO		EURO	
A							
2.a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: Mercadorias Matérias	41 41	405.950,59 445.388,43	851.339,02	-	
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos			1.920.948,97	-	
3		Custos com o pessoal:					
3.a)	641 + 642	Remunerações	43	6.367.103,56	-	-	
3.b)	643 + 644 645/8	Encargos sociais: Pensões Outros		- 1.122.338,82	7.489.442,38	-	
4.a)	662 + 663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	482.436,05	-	-	
4.b)	666 + 667	Ajustamentos		-	-	-	
5	67	Provisões		-	482.436,05	-	
5	63	Impostos		1.133,07	-	-	
5	65	Outros custos e perdas operacionais (A)		2.000,00	3.133,07	-	
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas		-	10.747.299,49	-	
6	683 + 684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros		-	-	-	
7	(1)	Juros e custos similares: Relativos a empresa do grupo Outros (C)	45	- 2.869,87	- 2.869,87	-	
10	69	Custos e perdas extraordinárias (E)	46	-	529,76	-	
					10.750.699,12	-	
8 + 11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício (G)	6	-	306.409,54	-	
					11.057.108,66	-	
13	88	Resultado líquido do exercício			794.624,78	-	
					11.851.733,44	-	

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

Código das Contas		PROVEITOS E GANHOS	Notas	2 0 0 9		2 0 0 8	
CEE	POC			EURO		EURO	
B							
1	71	Vendas: Mercadorias Produtos	44	442.486,14	-	-	-
1	72	Prestações de serviços	44	10.486.462,02	10.928.948,16	-	-
2		Variação da produção		-	-	-	-
3	75	Trabalhos para a própria empresa		-	-	-	-
4	73	Proveitos suplementares		31.601,68	-	-	-
4	74	Subsídios à exploração		-	-	-	-
4	76	Outros proveitos operacionais		-	-	-	-
4	77	Reversões de amortizações e ajustamentos (B)		-	31.601,68	-	-
					10.960.549,84		
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas		-	-	-	-
5	784	Rendimentos de participações de capital		-	-	-	-
6	(2)	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras: Relativos a empresa do grupo Outros		-	-	-	-
7	(3)	Outros juros e proveitos similares: Relativos a empresa do grupo Outros (D)	45	411.488,45	411.488,45	-	-
					11.372.038,29		
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)	46	-	479.695,15	-	-
					11.851.733,44		

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

RESUMO:	2009	2008
	EURO	EURO
Resultados operacionais: (B) - (A)	213.250,35	-
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)]	408.618,58	-
Resultados correntes: (D) - (C)	621.868,93	-
Resultados antes de impostos: (F) - (E)	1.101.034,32	-
Resultado líquido do exercício: (F) - (G)	794.624,78	-

O Técnico Oficial de Contas

Renato Paulo Marinhelane de Campos Vieira



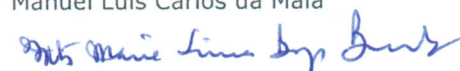
Arsenal do Alfeite, 15 de Março de 2010

O Conselho de Administração

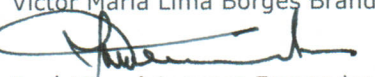
O Presidente


Manuel Luís Carlos da Maia

O Vogal


Victor Maria Lima Borges Brandão

O Vogal


José Miguel Antunes Fernandes

**Demonstração dos Resultados por Funções**
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

	EXERCÍCIOS	
	2009	2008
	EURO	EURO
Vendas e prestações de serviços	10.928.948,16	-
Custo das vendas e das prestações de serviços	-8.105.153,56	-
Resultados brutos	2.823.794,60	-
Outros proveitos e ganhos operacionais	31.601,68	-
Custos de distribuição	-796.343,44	-
Custos administrativos	-1.842.669,42	-
Outros custos e perdas operacionais	-3.133,07	-
Resultados operacionais	213.250,35	-
Custo líquido de financiamento	-	-
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	-	-
Ganhos (perdas) em outros investimentos	408.618,58	-
Resultados correntes	621.868,93	-
Impostos sobre os resultados correntes	-186.618,19	-
Resultados correntes após impostos	435.250,74	-
Resultados extraordinários	479.165,39	-
Impostos sobre os resultados extraordinários	-119.791,35	-
Resultados líquidos	794.624,78	-
Resultados por acção	0,12	-

O Técnico Oficial de Contas

Renato Paulo Marinhelane de Campos Vieira

Arsenal do Alfeite, 15 de Março de 2010

O Conselho de Administração

O Presidente
Manuel Luís Carlos da Maia**O Vogal**
Victor Maria Lima Borges Brandão**O Vogal**
José Miguel Antunes Fernandes

Demonstração dos Fluxos de Caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009
(Montantes expressos em euros)

	EXERCÍCIOS			
	2009		2008	
	EURO		EURO	
Actividades operacionais:	-			
Recebimentos de Clientes	9.154.115,56			
Pagamentos a fornecedores	-1.115.500,02			
Pagamentos ao Pessoal	-3.646.737,41			
Fluxo gerado pelas operações	4.391.878,13			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-			
Pagamentos de IVA e retenções de impostos e taxas	-1.804.615,06			
Outros receb./pagam. relativos à actividade operacional	3.461,46			
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	2.590.724,53			
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	-			
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-			
Fluxos das actividades operacionais [1]		2.590.724,53		-
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	-			
Imobilizações corpóreas	-			
Imobilizações incorpóreas	-			
Subsídios de investimento	-			
Juros e proveitos similares	190.357,42			
Dividendos	-	190.357,42		
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-500,00			
Imobilizações corpóreas	-89.042,30			
Imobilizações incorpóreas	-	-89.542,30		
Fluxos das actividades de investimento [2]		100.815,12		
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	-			
Aum. de capital, prest. suplement. e prémios de emissão	16.200.000,00			
Subsídios e doações	-			
Vendas de acções (quotas) próprias	-			
Cobertura de prejuízos	-	16.200.000,00		
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-			
Amortizações de contratos de locação financeira	-			
Juros e custos similares	-			
Dividendos	-			
Redução de capital e prestações suplementares	-			
Vendas de acções (quotas) próprias	-	0,00		
Fluxos das actividades de financiamento [3]		16.200.000,00		

A
C



	EXERCÍCIOS	
	2009	2008
Variações de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	18.891.539,65	-
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18.891.539,65	-

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

O Técnico Oficial de Contas

Renato Paulo Marinhelane de Campos Vieira

Arsenal do Alfeite, 15 de Março de 2010

O Conselho de Administração

O Presidente
Manuel Luís Carlos da Maia**O Vogal**
Victor Maria Lima Borges Brandão**O Vogal**
José Miguel Antunes Fernandes

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. - Nota Introdutória

O Decreto – Lei n.º 33/2009, de 5 de Fevereiro, constituiu a Arsenal do Alfeite, S.A. (“AA, S.A.” ou “Empresa”), com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, tendo por objecto principal a prestação de serviços que se subsume na actividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objectivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à AA, S.A., a concessão de serviço público objecto da respectiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro do Arsenal do Alfeite. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval, no Alfeite.

De acordo com contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a AA, S.A., integram a concessão os bens móveis e imóveis afectos à concessão e os directos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- a) As infra-estruturas relativas à exploração da actividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 KV, redes eléctricas, telefónicas, de sinal em fibra óptica e de fluidos, (Anexo III do contrato de concessão);
- b) Os equipamentos necessários à operação das infra-estruturas, (Anexo IV do contrato de concessão);
- c) Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respectivos acessórios utilizados para a exploração da actividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de Setembro de 2009;

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. Aquelas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

9
H.
C.



2. - Contas sem Comparativos

Conforme referido na Nota Introdutória, a Empresa foi constituída no dia 5 de Fevereiro de 2009 e iniciou a sua actividade no dia 1 de Setembro de 2009. Face ao exposto as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2009 não apresentam comparativos.

3. - Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação portuguesa, tendo a sua preparação obedecido à convenção do custo histórico, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substancia sobre a forma.

Os principais critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas incluem: (i) *bens concessionados*, (ii) *bens reversíveis*. e (iii) *bens próprios*,

Consideram-se *bens concessionados*, todos os bens transferidos para a AA S. A, ao abrigo do contrato de concessão.

Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização para o Estado Português.

Os bens adquiridos pela AA S. A, que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da actividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como *bens reversíveis*, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português.

Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

As imobilizações corpóreas – *bens próprios* e *bens reversíveis* encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

④
L.A.
ca

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	-
Equipamento básico	6 - 8
Equipamento de transporte	-
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outras imobilizações corpóreas	8

As imobilizações corpóreas – *bens concessionados* encontram-se registadas ao valor contabilístico líquido no momento da cedência (Anexos III e IV do contrato de concessão). As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	10 - 30
Equipamento básico	1 - 15
Equipamento de transporte	1 - 10
Ferramentas e utensílios	1 - 10
Equipamento administrativo	1 - 15
Outras imobilizações corpóreas	1 - 10

As imobilizações corpóreas em curso encontram-se registadas ao custo de aquisição.

b) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

c) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual inclui todos os encargos incorridos para se efectivar a posse dos bens, deduzidos dos descontos comerciais obtidos.

Os ajustamentos para depreciação de existências incluem o valor dos materiais sem utilização prevista por obsolescência tecnológica, bem como a diferença de preços para os materiais cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição.

d) Ajustamentos para Dívidas de Cobrança Duvidosa

Os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa são calculados com base na avaliação dos riscos de incobrabilidade das contas a receber de clientes e outros devedores.



e) Acréscimos e Diferimentos

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os proveitos e custos são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

f) Subsídios não Monetários – Bens Concessionados

Os valores dos bens que integram a concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) foram: (i) classificados no Balanço da Empresa como "subsídio não monetário", (ii) registados na rubrica de proveitos diferimentos – subsídio não monetário, e (iii) reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações dos referidos bens.

g) Reconhecimento de Proveitos e Custos Relativos a Obras em Curso

O reconhecimento dos resultados das obras em curso é efectuado de acordo com a percentagem de acabamento, conforme disposto na Directriz Contabilística n.º 3.

De acordo com este método, os proveitos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento. As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas "acréscimos de proveitos" ou "proveitos diferidos", consoante a natureza das diferenças.

h) Imposto sobre o Rendimento

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efectuada com base na estimativa da matéria colectável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC").

O IRC registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao IRC, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originados no exercício ou em exercícios anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros futuros suficientes para os utilizar.

i) Classificação do Balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo, pelo seu valor presente

6. - Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de IRC, à taxa normal de 25%, acrescida de derrama à taxa aproximada de 1,50% do lucro tributável em sede de IRC, resultando uma taxa de imposto agregada de 26,50%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social) e, consequentemente, a declaração fiscal da Empresa do ano de 2009 poderá vir a ser sujeita a revisão. Contudo, a Administração da Empresa, considera que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrente dessa revisão, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Reconciliação da taxa de imposto:

Resultado antes de imposto	1.101.034,32
Taxa nominal de imposto	26,50%
Imposto esperado	<u>291.774,09</u>
Diferenças permanentes	3.486,08
Impostos diferidos de exercícios anteriores	-
Outros	-
Ajustamentos à colecta	<u>11.149,36</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u><u>306.409,54</u></u>
Taxa efectiva de imposto	27,83%
Imposto corrente do exercício – Nota 47	306.409,54
Imposto diferido do exercício	-
	<u><u>306.409,54</u></u>

7. - Número Médio de Pessoal

Durante o exercício de 2009, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi 683 pessoas.

10. - Movimento do Activo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

9
H.
ca



ARSENAL DO ALFEITE

Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Bens Cedidos (i)	Aumentos	Alienações e Abates	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais						
Concessionados	-	1.840.008,29	-	-	-	1.840.008,29
Reversíveis	-	-	-	-	-	-
Próprios	-	-	-	-	-	-
	-	1.840.008,29	-	-	-	1.840.008,29
Edifícios e outras construções						
Concessionados	-	8.193.974,65	-	-	-	8.193.974,65
Reversíveis	-	-	-	-	-	-
Próprios	-	-	-	-	-	-
	-	8.193.974,65	-	-	-	8.193.974,65
Equipamento básico						
Concessionados	-	2.731.615,22	-	-	-	2.731.615,22
Reversíveis	-	-	-	-	-	-
Próprios	-	-	136.854,15	-	-	136.854,15
	-	2.731.615,22	136.854,15	-	-	2.868.469,37
Equipamento transporte						
Concessionados	-	497,35	-	-	-	497,35
Reversíveis	-	-	-	-	-	-
Próprios	-	-	-	-	-	-
	-	497,35	-	-	-	497,35
Ferramentas e utensílios						
Concessionados	-	322.036,20	-	-	-	322.036,20
Reversíveis	-	-	-	-	-	-
Próprios	-	-	6.736,34	-	-	6.736,34
	-	322.036,20	6.736,34	-	-	328.772,54
Equipamento administrativo						
Concessionados	-	457.487,27	-	-	-	457.487,27
Reversíveis	-	-	-	-	-	-
Próprios	-	-	95.632,64	-	-	95.632,64
	-	457.487,27	95.632,64	-	-	553.119,91
Outras imobilizações corpóreas						
Concessionados	-	95.025,90	-	-	-	95.025,90
Reversíveis	-	-	-	-	-	-
Próprios	-	-	1.059,87	-	-	1.059,87
	-	95.025,90	1.059,87	-	-	96.085,77
Imobilizações em curso						
Reversíveis	-	-	-	-	-	-
Próprios	-	-	361,50	-	-	361,50
	-	-	361,50	-	-	361,50
Investimentos Financeiros						
Participação - associação	-	-	500,00	-	-	500,00
	-	-	500,00	-	-	500,00
	-	13.640.644,88	241.144,50	-	-	13.881.789,38

(i) – de acordo com os anexos III e IV do contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a AA S.A..

Amortizações Acumuladas				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Concessionados	-	659,32	-	659,32
Reversíveis	-	-	-	-
Próprios	-	-	-	-
	-	659,32	-	659,32
Edifícios e outras construções				
Concessionados	-	174.337,64	-	174.337,64
Reversíveis	-	-	-	-
Próprios	-	-	-	-
	-	174.337,64	-	174.337,64
Equipamento básico				
Concessionados	-	212.227,00	-	212.227,00
Reversíveis	-	-	-	-
Próprios	-	3.688,41	-	3.688,41
	-	215.915,41	-	215.915,41
Equipamento transporte				
Concessionados	-	38,12	-	38,12
Reversíveis	-	-	-	-
Próprios	-	-	-	-
	-	38,12	-	38,12
Ferramentas e utensílios				
Concessionados	-	38.259,36	-	38.259,36
Reversíveis	-	-	-	-
Próprios	-	94,10	-	94,10
	-	38.353,46	-	38.353,46
Equipamento administrativo				
Concessionados	-	43.460,02	-	43.460,02
Reversíveis	-	-	-	-
Próprios	-	3.570,96	-	3.570,96
	-	47.030,98	-	47.030,98
Outras imobilizações corpóreas				
Concessionados	-	6.056,96	-	6.056,96
Reversíveis	-	-	-	-
Próprios	-	44,16	-	44,16
	-	6.101,12	-	6.101,12
	-	482.436,05	-	482.436,05

As amortizações anuais dos bens concessionados ascenderam a EUR 475.038,42 (Notas 46 e 49 (e)).

16. – Participações Associativas

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa detinha uma participação associativa no valor de EUR 500,00, na Relacre – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal

25. – Dívidas Activas e Passivas com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal.



ARSENAL do ALFEITE

Saldos Devedores	<u>2009</u> <u>5.840,33</u>
Saldos Credores	<u>8.930,86</u>

35. – Realização do Capital

Conforme referido na Nota Introdutória, a Empresa foi constituída no dia 5 de Fevereiro de 2009.

No exercício de 2009 foi realizado em dinheiro a parcela de EUR 16.200.000. À data de 31 de Dezembro de 2009 encontra-se por realizar os restantes 50% (EUR 16.200.000) (Nota 48).

36. – Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital da Empresa ascendia a EUR 32.400.000 e estava representado por 6.480.000 acções nominativas, com valor nominal de EUR 5, cada uma.

37. – Identificação de Pessoas Colectivas com mais de 20% do Capital Social Subscrito

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A..
(Notas 10 e 12).

40. – Variação das Rubricas de Capitais Próprios

Estas rubricas tiveram os seguintes movimentos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

	Saldo Inicial	Constituição	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	-	32.400.000,00	-	-	32.400.000,00
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reservas livres	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	794.624,78	-	794.624,78
	-	32.400.000,00	794.624,78	-	33.194.624,78

41. – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício de 2009, foi determinado como segue:

9/ 2010
J.A.
ca

	2009		
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	-	-
Compras	405.950,59	686.226,85	1.092.177,44
Regularização de existências	-	4.327,01	4.327,01
Existências finais	-	245.165,43	245.165,43
Custo do Exercício	405.950,59	445.388,43	851.339,02

43. – Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa no exercício de 2009, foram as seguintes:

	2009
Conselho de Administração	238.260,15
Fiscal Único	10.000,00
	<u>248.260,15</u>

44. – Vendas e Prestações de Serviços por Mercados Geográficos

No exercício de 2009, as vendas e prestações de serviços repartem-se por mercados geográficos da seguinte forma:

	2009		Total
	Mercado Interno	Mercado Externo	
Vendas	442.486,14	-	442.486,14
Prestações de Serviços	10.486.462,00	-	10.486.462,00
	<u>10.928.948,14</u>	-	<u>10.928.948,14</u>

Cerca de 99% das vendas e prestações de serviços do mercado interno (EUR 10.861.995,84) dizem respeito a trabalhos realizados para o principal cliente.

45. – Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 têm a seguinte composição:

	2009
Custos e perdas	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	84,88
Outros custos e perdas	<u>2.784,99</u>
	2.869,87
Resultado Financeiro	<u>408.618,58</u>
	<u>411.488,45</u>
Proveitos e ganhos	
Juros obtidos - (a)	<u>411.488,45</u>
	<u>411.488,45</u>



ARSENAL DO ALFEITE

(a) - Em 2009, este valor resulta, essencialmente, dos juros obtidos das aplicações financeiras junto do Banco Espírito Santo ("BES").

46. - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>
Custos e perdas	
Perdas em existências	329,65
Multas e penalidades	200,00
Outros custos e perdas	<u>0,11</u>
	529,76
Resultado Financeiro	<u>479.695,04</u>
	<u>480.224,80</u>
Proveitos e ganhos	
Ganhos em existências	4.656,66
Outros proveitos e ganhos - (a)	<u>475.038,49</u>
	<u>479.695,15</u>

(a) - O proveito registado nesta rubrica diz respeito ao subsídio não monetário.

O reconhecimento do proveito na demonstração de resultados é proporcional às amortizações anuais dos bens que integram a concessão (Notas 10 e 49 (e)).

47. - Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos registados na rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" eram como segue:

	<u>2009</u>	
	<u>Saldos Devedores</u>	<u>Saldos Credores</u>
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas IRC - (a)	-	258.376,78
Retenção do IRS	-	117.992,00
Imposto sobre o valor acrescentado	-	917.596,90
Caixa geral de aposentações	-	160.853,00
Segurança social	-	7.629,98
Assistência na doença aos servidores civis do estado ("ADSE")	-	<u>10.940,44</u>
	-	<u>1.473.389,10</u>

(a) - O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	<u>2009</u>
Estimativa de IRC - (Nota 6)	306.409,54
Retenções na fonte	<u>48.032,76</u>
	<u>258.376,78</u>

48. – Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

	2009
Outros devedores - curto prazo	
Pessoal	5.840,33
Subscritores de capital	16.200.000,00
Devedores diversos	<u>13.846,30</u>
	<u>16.219.686,63</u>
Outros credores - curto prazo	
Pessoal	8.930,86
Credores diversos	<u>115.403,04</u>
	<u>124.333,90</u>

(a) – O saldo diz respeito ao capital social da Empresa, subscrito e não realizado pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A, (Nota 35).

(b) – Inclui os saldos a pagar: (i) à companhia de seguros tranquilidade (EUR 39.374,27) e (ii) ao instituto de acção social (EUR 58.365,40) referente à participação nas mensalidades da creche dos meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 2009.

49. – Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

	2009
Acréscimos de Proveitos	
Juros a receber (a)	173.541,67
Prestações de serviços (b)	<u>918.022,32</u>
	1.091.563,99
Custos Diferidos	
Seguros	76.722,71
Contratos de assistência	23.208,94
Outros custos diferidos	<u>4.352,34</u>
	<u>104.283,99</u>
Acréscimos de Custos	
Encargos com férias, subsídio de férias e outros custos com o pessoal	2.000.000,00
Renda - contrato de concessão (c)	52.008,13
Outros acréscimos de custos (d)	<u>336.178,86</u>
	<u>2.388.186,99</u>
Proveitos Diferidos	
Subsídio não monetário - bens concessionados (e)	13.165.606,46
Outros proveitos diferidos (f)	<u>391.439,97</u>
	<u>13.557.046,43</u>



- (a) - Este valor diz respeito aos juros vencidos no dia 4 de Janeiro de 2010 de uma aplicação financeira (BES).
- (b) - A Empresa registou em acréscimos de proveitos a diferenças entre os proveitos relacionados com as obras em curso, apurados através da aplicação do método da percentagem de acabamento (Directriz Contabilística n.º 3) e a facturação emitida.
- (c) A Empresa registou na rubrica de acréscimos de custo a estimativa da renda de concessão a pagar ao Estado Português de acordo com a cláusula 18º do contrato de concessão.
- (d) Inclui EUR 260.000 referentes a encargos com a ADSE.
- (e) O saldo desta sub-rubrica tem a seguinte decomposição

Subsídio não monetário - bens concessionados que integram a concessão - Nota 10	13.640.644,88
Proveito do ano - Nota 10 e 46	<u>-475.038,49</u>
	<u>13.165.606,39</u>

- (f) Os valores registados nesta rubrica correspondem a proveitos facturados pela Empresa no exercício de 2009, referentes à venda de sobressalentes da marca MTU.

50. - Existências da Marinha à Guarda da Empresa

Em 31 de Dezembro de 2009, as existências (materiais de estaleiro) da Marinha à guarda da Empresa, ascendem a EUR 2.240.181.

51. - Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º14.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "caixa e seus equivalentes" apresentada na demonstração dos fluxos de caixa tem a seguinte composição:

	2009
Numerário	5.760,52
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	18.885.779,13
Equivalentes a caixa	-
Caixa e seus equivalentes	<u>18.891.539,65</u>
Outras disponibilidades	-
Disponibilidades constantes do balanço	<u>18.891.539,65</u>



ARSENAL DO ALFEITE

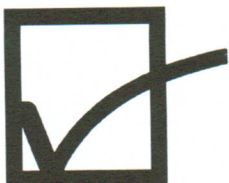
12
65|66

Certificação Legal das Contas



ARSENAL DO ALFEITE

Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da “**ARSENAL DO ALFEITE, S.A.**”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 53.309.434 euros e um total de capital próprio de 33.194.625, incluindo um resultado líquido positivo de 794.625 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

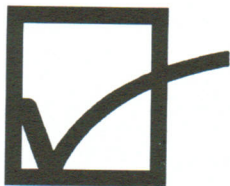


João Amaro Santos Cipriano ROC n.º 631
Carlos Alberto Antunes de Abreu ROC n.º 761

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da “**ARSENAL DO ALFEITE, S.A.**”, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119

João Amaro Santos Cipriano ROC n.º 631
Carlos Alberto Antunes de Abreu ROC n.º 761

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- A Arsenal do Alfeite, S.A., foi constituída em 5 de Fevereiro de 2009, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Setembro de 2009. Deste modo as Demonstrações Financeiras em apreciação não incluem informação comparativa.

Lisboa, 28 de Abril de 2010

João Amaro Santos Cipriano - ROC nº 631
em representação de
"Abreu & Cipriano, Auditores, SROC"
inscrita sob o nº119 na OROC





ARSENAL DO ALFEITE

13

69|70

Relatório e Parecer do Fiscal Único



ARSENAL DO ALFEITE

Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas:

No cumprimento do mandato que V.Ex.as nos conferiram e no desempenho das nossas funções, acompanhámos no exercício de 2009 a actividade da "ARSENAL DO ALFEITE, S.A.", vimos emitir o nosso relatório e parecer respeitante aos documentos de prestação de contas apresentados pela Administração, os quais compreendem, além do Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A actividade por nós desenvolvida relativamente ao exercício de 2009, envolveu a aplicação dos procedimentos técnicos de fiscalização, dos quais destacamos:

- a) A apreciação, numa base de amostragem, dos registos, movimentos e saldos da contabilidade, aplicando testes de auditoria apropriados;
- b) A verificação do cumprimento dado às obrigações de carácter legal, especialmente no que respeita às exigências em matéria fiscal e parafiscal;
- c) A tomada de conhecimento dos aspectos fundamentais dos negócios sociais, através de contactos com os serviços da empresa;



João Amaro Santos Cipriano ROC n.º 631
Carlos Alberto Antunes de Abreu ROC n.º 761

- d) A revisão dos Documentos de Prestação de Contas, incluindo o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e demais elementos de informação financeira.

Contou-se, da parte da Administração e dos serviços contactados, com a maior abertura e disponibilidade, tendo sido obtidos todos os esclarecimentos solicitados.

Para além do acompanhamento da actividade da Administração, mantivemos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, um conjunto de procedimentos de verificação visando analisar e ajuizar sobre as políticas e procedimentos de incidência contabilística e de controlo interno e patrimonial.

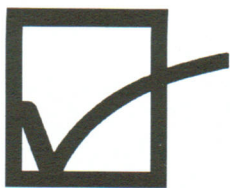
Apreciámos o relatório de gestão, elaborado pela Administração, e elaborámos o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, bem assim como a Certificação Legal das Contas, cujo conteúdo se dá aqui como inteiramente reproduzido.

PARECER

Tendo presentes as considerações anteriores, bem como o conteúdo da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas apresentados pela Administração relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, atendendo ao conteúdo da Certificação Legal das Contas;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apurados no exercício de 2009, apresentada pela Administração no seu relatório.

Capital Social: 3.000,00 Euros
Contribuinte n.º 503 342 / 42



ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119

João Amaro Santos Cipriano ROC n.º 631
Carlos Alberto Antunes de Abreu ROC n.º 761

NOTA FINAL

Apresenta-se aqui uma palavra de reconhecimento a Administração, bem como ao departamento financeiro, pela prontidão e abertura nos elementos e esclarecimentos fornecidos.

Lisboa, 28 de Abril de 2010

O FISCAL ÚNICO

João Amaro Santos Cipriano – ROC nº631
em representação de
"Abreu & Cipriano, Auditores, SROC" (n.º 119)

